

**O REI ESTÁ NU! NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A
IRREFORMABILIDADE DO AGRONEGÓCIO**

**THE KING IS NAKED! INTRODUCTIONS NOTES ABOUT THE
UNREFORMABLE OF AGRIBUSINESS**

**EL REY ES DESNUDO! NOTAS PRELIMINARES SOBRE LA
IRREFORMABILIDAD DEL AGRONEGOCIO**

Rafael Rossi¹

rafaelrossi6789@hotmail.com

RESUMO

O texto se utiliza das leituras e análises bibliográficas da pesquisa de doutorado na área da Educação, com intuito de discutir a impossibilidade de reformas radicais ao agronegócio nos ditames da lógica desigual e alienante do capital. Para tanto, utilizamos as contribuições efetivamente críticas de István Mészáros com relação ao capital e ao capitalismo e mostraremos como o agronegócio pode ser compreendido enquanto a lógica capitalista no campo e, deste modo, impossibilitando a ação transformadora qualitativa por meio de “reformas” em seu funcionamento estruturalmente antagônico e incontrolável. Com efeito, passaremos a considerar tal problemática neste artigo – que se insere numa postura introdutória a este debate – sob o prisma de três complexos que se articulam dialeticamente: o Estado; a crise estrutural do capital e a determinação vertical do processo de trabalho.

Palavras-Chave: Agronegócio. Estado. Crise Estrutural. Determinação Vertical do Processo de Trabalho.

ABSTRACT

This text uses the readings and bibliographical analysis of doctoral research in the field of education, aiming to discuss the impossibility of radical reforms to agribusiness in the dictates of unequal and alienating logic of capital. Therefore, we use contributions effectively critical István Mészáros with respect to capital and capitalism and show how agribusiness can be understood as the capitalist logic in the field and thus preventing the qualitative transforming action through "reforms" in his structurally antagonistic and uncontrollable operation. Indeed, we will consider such issues in this article - that is part of a introductory approach to this debate - through the prism of three dimensions / complexes that are linked dialectically: the State; the Structural Crisis of Capital and Vertical Determination of the Working Process.

¹ Docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, em Campo Grande - MS.

Key Words: Agribusiness. State. Structural Crisis. Vertical Determination of the Working Process.

RESUMEN

Este texto está basado en las lecturas y análisis bibliográfico de la investigación doctoral en el campo de la educación, con el objetivo de discutir la imposibilidad de reformas radicales a la agroindustria en los dictados de la lógica desigual y alienante del capital. Por lo tanto, utilizamos las contribuciones efectivamente crítico István Mészáros con respecto al capital y el capitalismo y mostrar cómo la agroindustria puede ser entendida como la lógica capitalista en el campo y lo que impide la acción transformadora cualitativa a través de las "reformas" en su estructuralmente antagónica y operación incontrolable. De hecho, vamos a considerar estas cuestiones en este artículo - que es parte de un enfoque de introducción a este debate - a través del prisma de tres dimensiones / complejos que están vinculados dialécticamente: la crisis estructural del capital; el estado y la determinación vertical del proceso de trabajo.

Palabras Clave: Agronegocio. Estado. Crisis Estructural. Determinación Vertical del Proceso del Trabajo.

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto das leituras e análises bibliográficas realizadas com a tese de doutorado na área de Educação na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP e também das discussões realizadas junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação do Campo – NEPECAMPO vinculado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFMS em Campo Grande - MS. Nosso intuito é problematizar o agronegócio e o capital a partir da crítica revolucionária desenvolvida por István Mészáros. Podemos perceber na contemporaneidade que o discurso de muitas multinacionais, políticas públicas, pesquisadores/intelectuais, jornais impressos e/ou televisivos, etc. – enfim – uma plêiade emaranhada de modo muito bem articulado e intencional que perpassa vários complexos da sociabilidade da ordem burguesa contemporânea, efetuam uma defesa irrestrita e ampla do agronegócio não enquanto “*um*” modelo de “desenvolvimento” agrário, mas como “*o*” modelo que deve ser defendido, expandido e incentivado na totalidade do tecido societário.

Esta é uma constatação que pode ser ratificada tanto num ponto de vista histórico com o movimento da Revolução Verde há mais de 40 anos em implantar um padrão homogêneo de cultivo da agricultura em escala global, quanto na atualidade em que, no caso brasileiro - a partir do caráter de classe que o Estado possui – foram disponibilizados R\$ 807,4 milhões de

reais pelo orçamento do Estado de São Paulo a programas do agronegócio em contrapartida a R\$ 88,8 milhões à agricultura familiar, o que corresponde a uma discrepância de 10 vezes a mais a soma de recursos ao agronegócio do que aos agricultores familiares (MST, 2015).

Além desta desigualdade, poderíamos elencar várias outras no que diz respeito à: uso de agrotóxicos, concentração de terras, destinação de recursos públicos, etc. e, desse modo, verificaríamos em todos os casos um apoio maciço e intransigível do Estado com a lógica do agronegócio que se expande e se territorializa também em meio à pequena propriedade subordinando o trabalho realizado por milhares de famílias camponesas, por exemplo. A partir disto podemos refletir: É possível corrigir radicalmente a lógica do agronegócio no interior do sistema sociometabólico do capital? No campo há lugar para que o agronegócio se desenvolva de modo “democrático” e “inclusivo”? Estas questões são de suma relevância para o debate a respeito da questão agrária em sua vinculação ontológica ao modo de produção vigente que é, no caso em que estamos, ao capitalismo.

Para clarear um pouco estas questões é imprescindível retomar uma discussão sobre a agricultura no capitalismo e a relação dialética entre o Estado e este modo de produção em face de sua crise estrutural em que uma das dimensões que podemos vislumbrar é a destruição ecológica. Por isso mesmo as elaborações do filósofo húngaro István Mészáros se tornam fundamentais no intuito de retomar uma postura – na esteira de Lukács e Marx – efetivamente crítica e revolucionária ao modo de produção capitalista a partir da abordagem de cunho ontológico e não apenas gnosiológico.

Antes de avançar, é preciso compreender a diferença entre a abordagem gnosiológica e a abordagem ontológica. Como nos lembra Tonet (2013) a gnosiologia implica a problemática do conhecimento, implícita nesta abordagem também está uma concepção de mundo, uma ontologia, só que, muitas vezes, isto aparece negado. A ontologia implica em compreender o ser, as determinações mais gerais e essenciais do existente. É preciso, para a abordagem de tipo ontológica, ter a preocupação constante com o próprio objeto, tendo em mente que ele não se restringe ao fenomênico, ao empírico, mas, também, aos elementos constitutivos de sua essência, por isso “não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p.14).

Sendo assim, as contribuições de Mészáros são necessárias – do ponto de vista da classe trabalhadora em seu conjunto – para uma crítica radical – em sentido marxiano – do

agronegócio e do capitalismo, pois este autor se insere numa abordagem analítica tendo por base a *ontologia do ser social* instaurada por Marx e analisada por Lukács. Não sendo este o espaço adequado para expor pormenorizadamente a inovação da ontologia marxiana frente às demais ontologias, apenas nos cabe reafirmar alguns pontos essenciais deste debate a fim de contribuir com a compreensão da escolha do autor de *Para além do Capital* em suas reflexões de cunho revolucionário para a apreensão profunda e sistematizada da necessidade de romper com o agronegócio, rompendo com a totalidade dos complexos instituídos pela ordem societária burguesa fundada pelo trabalho abstrato.

Com isto, a ontologia marxiana do ser social não se trata de uma invenção de Marx “puramente” no plano subjetivo e teórico. Com certeza também é uma construção teórica, contudo e bem antes, se trata de uma “tradução ideativa”, que parte de uma demanda da classe trabalhadora sobre uma realidade que efetivamente existe (TONET, 2013), isto é, do *ser-precisamente-assim* do capitalismo. Marx percebeu ao longo de sua trajetória intelectual que tanto no materialismo quanto no idealismo há lacunas essenciais já que ambas reduzem em demasia a realidade, tomando seus elementos abstratamente independentes de seus nexos causais/dialéticos. O materialismo compreende no homem a fonte de tudo que se deve abstrair, não há papel algum para a subjetividade. Já para o idealismo, ao contrário, a verdade se encontra no “espírito absoluto”, sendo a realidade um elemento secundário e a ideia o aspecto central. Dessa forma, nem o materialismo mecanicista, nem o idealismo foram capazes de conectar, de compreender a unidade que articula objetividade e subjetividade. Marx descobre na práxis, na “*atividade humana sensível*” a articulação entre teleologia e causalidade.

A descoberta de Marx se baseia na atividade, ou seja, na objetivação-primária que é o trabalho – tomado aqui em seu sentido ontológico e, portanto, inerente a qualquer formação social – articulando de modo indissociável subjetividade e realidade objetiva. É o trabalho que dá origem ao ser social, é o que permite realizar o “salto ontológico” (Lukács) do ser natural ao ser social sem, entretanto, anular a dependência que o homem possui com a natureza. No trabalho: necessidade, causalidade, consciência orientada a um fim, objetivação e prévia-ideação se articulam de tal modo que constituem a base insuprimível de qualquer sociedade humana, inerente, portanto, ao “mundo dos homens”, em que há a “eterna condição” do “intercâmbio orgânico com a natureza” (Marx) sendo a “categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de socialidade”

(LESSA, 2012, p. 26). O trabalho, deste modo, desperta novas possibilidades e necessidades no processo histórico de complexificação do ser social para além de si mesmo como Lukács em sua monumental *Ontologia do Ser Social* nos explica. De modo rápido e geral, esta constatação do trabalho enquanto práxis fundante do ser social confere a Marx a compreensão e delimitação de uma ontologia qualitativamente diferente das demais ontologias produzidas. Mészáros, seguindo a lógica de raciocínio e análise do real a partir da ontologia marxiana recoloca em seu clássico *“Para além do Capital”* questões fundamentais para refletirmos sobre a insustentabilidade do capitalismo e do capital para com a vida humana em suas contradições cada vez mais “explosivas”.

Neste sentido, a partir das análises bibliográficas realizadas, consideramos pertinente dividir este artigo em mais quatro momentos. Num primeiro momento é relevante retomar alguns aspectos históricos de constituição do agronegócio e suas contradições cada vez mais explícitas e que afetam mais e mais dimensões da vida social. Num segundo momento, inserimos elementos por uma compreensão radical com relação à crítica do Estado enquanto constructo social e político que garante a reprodução do capital por meio de uma série de ações envolvendo: legislações, apoios fiscais, políticas de austeridade aos direitos dos trabalhadores, investimentos maciços ao capital financeiro global, etc. Já num terceiro momento trataremos de um tema polêmico e permeado de falseamentos na contemporaneidade que é a crise no capitalismo e a determinação vertical do processo de trabalho. Na esteira de Mészáros, explicitaremos que a atual crise não se iniciou em 2007 com a crise imobiliária do mercado estadunidense, nem tampouco se trata de mais uma “crise cíclica” que facilmente será transposta. O filósofo discípulo de Lukács, desde 1967 já vêm tratando da crise estrutural do capital.

A partir do entendimento do Estado em sua relação direta e intrínseca com o modo de produção vigente em meio a sua crise estrutural, abordaremos o agronegócio enquanto estratégia de padronização internacional da agricultura que de várias maneiras acentua, cada vez mais, a subordinação do trabalho camponês ao capital, num processo de inserção à flexibilidade horizontal possibilitada pela estruturação vertical de comando do capital sobre o trabalho. Por fim, apresentamos nossas considerações finais com uma síntese dos principais elementos que permitem entender, a partir da crítica revolucionária inerente à ontologia

marxiana, o agronegócio enquanto um complexo irreformável no âmbito da totalidade social capitalista.

Com efeito, este texto – de caráter introdutório na reflexão que propomos sobre a irreformabilidade do agronegócio – reitera a lúcida e atual afirmação de que: “O sistema do capital não pode funcionar sem a perversa inversão das relações entre pessoas e coisas: o poder reificado e alienado do capital que domina as massas do povo” (MÉSZÁROS, 2010, p. 38).

AGRONEGÓCIO E SUAS CONTRADIÇÕES

Para compreender a consolidação do agronegócio enquanto modelo de “desenvolvimento” internacionalmente adotado com incentivo do Estado e a partir dos interesses do capital, precisamos entender o movimento da Revolução Verde e as preparações que foram realizadas até chegarmos à barbárie contemporânea na questão agrária. Machado e Machado Filho (2014) lembram que no período pós II Guerra Mundial a Fundação Rockefeller, norte-americana, financiou o trabalho do grupo dirigido por George Harrar, sendo o primeiro passo da “revolução verde”. O grupo liderado por Harrar havia conseguido trigos adaptados a climas tropicais e subtropicais, levando as transformações desempenhadas na agricultura dos Estados Unidos ao México. A Fundação Ford, impressionada com esses resultados, uniu-se à Fundação Rockefeller e, dessa vez, criaram o IRRI – Instituto Internacional de Pesquisas Arrozoeiras em Baños, Filipinas, com o arroz IR-8. Em 1967, Borlaug, pesquisador do Programa Cultivo de Trigo da Rockefeller no México, mostra interesse e passa a assumir a “revolução”. É nesse momento que fica claro o interesse do capitalismo em seu processo de reprodução na agricultura. Machado e Machado Filho (2014) também destacam que em 1950 havia alguns milhões de famintos e, na atualidade, existem um bilhão de pessoas, tendo sido além de tudo, Borlaug ainda foi ganhador de um Prêmio Nobel.

Dessa maneira, a raiz estruturante da “Revolução Verde” é controlada pelo capital financeiro em que um pequeno grupo de multinacionais comanda a produção, distribuição e comercialização de fertilizantes, agrotóxicos e sementes, desembocando no atual modelo do agronegócio. Entretanto, tudo isso teve um custo social alto, pois essa “modernização conservadora” no campo exigiu, por exemplo, o assassinato de mais de um milhão de pessoas nas Filipinas pelo presidente Marcos e, no Brasil, não há como desarticular o golpe militar de

1964 e o assassinato de centenas de brasileiros, da “revolução verde”, por isso: “A “revolução verde” e seu sucedâneo, o agronegócio, é, sem dúvida, uma das causas das catástrofes sociais que a humanidade está vivendo.” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p.58)

É no começo de 1960, como nos lembra Porto-Gonçalves (2005), que um novo protagonista se fará presente nas lutas do campo brasileiro. Com a Revolução Cubana, uma verdadeira histeria tomou conta das estratégias imperialistas dos Estados Unidos da América – EUA. O governo estadunidense cria a Aliança para o Progresso com programas assistencialistas de distribuição de leite aos pobres e o desenvolvimento para estimular a criação de sindicatos dos trabalhadores rurais, com intuito de combater as Ligas Camponesas o sindicalismo rural de esquerda no Brasil.

Acrescente-se que, diante da histórica ideologia antiamericana na América Latina (Simon Bolívar, Augusto Sandino e José Martí), à época ainda mais aguçada por nacionalismos de diferentes naipes, o governo estadunidense lançará mão de uma estratégia de novo tipo, instrumentalizando uma entidade não-governamental para dar curso à sua política anticomunista. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.10)

Não foi apenas da perspectiva política que a Guerra Fria e sua internacionalização acirrou a luta de classes, como explica Porto-Gonçalves (2005). Também do ponto de vista tecnológico houve uma verdadeira revolução social que ficou conhecida como a Revolução Verde, que ocultava a dimensão política inclusa na própria tecnologia. O autor afirma que o próprio nome “verde” traz embutido o contexto das lutas de classes em que essa revolução foi engendrada. Mesmo com o fim da II Guerra Mundial e presente no livro “Geografia da Fome” de Josué Castro, as implicações políticas do problema da fome precisavam ser entendidas. Toda a elite política e intelectual a partir de 1949 entendia que o problema da fome era uma questão técnica, uma questão de produtividade e por isso a necessidade de uma Revolução Verde contra aquela Revolução Vermelha.

Esse processo histórico também permite compreender a adoção pelo Estado e outras instituições do termo “agricultor familiar” em detrimento do conceito de campesinato, isto é, o primeiro passa a ser considerado sinal de “moderno” e o segundo de atraso e ignorância. Quando o camponês passa a ser encarado pela lógica da agricultura familiar abandona-se, pouco a pouco, a sua história, a sua resistência e estes sujeitos passam a ser vistos como fruto

de uma lógica “natural” do capitalismo. Obviamente interessa ao agronegócio a ideia de agricultor familiar mais do que a de camponês. A ideia da agricultura familiar escamoteia e esconde as contradições e desigualdades do agronegócio que utiliza deste “moderno” conceito para iludir a tudo e a todos como se fossem parte importante da lógica da agricultura capitalista.

Exemplo disso é o fato de que na Campanha de 2001 a 2005 o slogan da ABAG fora: “Agronegócio: sua vida depende dele”. Já em 2006 o novo slogan foi: “Agronegócio todos fazem parte”, explicitando a ideia de que o agronegócio também abarca a participação de pequenos produtores e não se restringe apenas aos latifúndios. Em 2009 o slogan afirmava: “Agronegócio: você também faz parte dele” e houve uma série de campanhas publicitárias para retirar um pouco do foco o termo “negócio” surgindo expressões como AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia etc. servindo, dessa forma, para demonstrar como o agronegócio está presente no dia-a-dia. No ano de 2010 a ABAG lança mais uma campanha publicitária com o título “Sou Agro” com o termo AgroCidadão, envolvendo várias artísticas na defesa de que todos dependemos e fazemos parte do agronegócio (LAMOSA e LOUREIRO, 2014).

É preciso lembrar, todavia, que povos pré-históricos se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas. Há 150 anos, a humanidade passou a se alimentar com produtos de 3.000 espécies vegetais e, hoje, apenas 15 espécies correspondem a 90% dos alimentos vegetais, a saber: milho, trigo, soja e arroz, respondendo a 70% do consumo e produção. As consequências da “revolução verde” e do atual “desenvolvimento sustentável” já apontam suas consequências e perversidades nos últimos 30 anos: aumento de 75% das emissões de carbono; desperdício de 1,3 bilhões de toneladas de alimentos; mais de 1 bilhão de pessoas desnutridas e mais de 1 bilhão de obesos e uso de 70% da água consumida pela agricultura (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

A explicação da perversidade do atual período de desenvolvimento capitalista sob a égide da globalização também é passível de ser pensada no tocante à questão agrária, já que de 2003 a 2012, o preço médio do hectare no Brasil subiu de R\$2.280 para R\$7.470, representando um crescimento de 227%, ou seja, o dobro da inflação registrada no mesmo

período de análise². Já de 2008 a 2012, a terra superou investimentos como o ouro, a bolsa de valores e o dólar. Dentre as causas deste fenômeno está a compra de terras por parte das multinacionais do agronegócio pelo mundo todo, sendo conhecido em língua inglesa com o termo: “land grab” e em espanhol: “acaparamiento de tierras”. Um acontecimento importante nessa análise é o fato de em 1995, o Congresso, no governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, alterar um artigo da Constituição que restringia a ação de multinacionais de capital estrangeiro no campo. Esse mecanismo fez com que o capital internacional participasse de modo mais acentuado no agronegócio brasileiro, subindo de 16% em 1995, para 57% em 2005, sendo que essa tendência se manteve no governo Lula e Dilma.

Stedile (2011) possui uma importante interpretação a respeito dos condicionantes históricos materiais e sociais que possibilitaram a hegemonia do modelo agrário do agronegócio na contemporaneidade. O capital financeiro, nessa dinâmica, passou a controlar a agricultura através de vários processos. O primeiro processo foi o fato de que o excedente de capital financeiro, com a atuação dos bancos, passou a ser investido na aquisição por meio da compra de várias empresas que atuavam em diversos setores da agricultura. Essa aquisição se deu, em muitos casos, pela compra de ações de empresas que passaram a ter um enorme crescimento de seu capital e controlaram setores da agricultura como: produção de insumos, agrotóxicos, ferramentas, comércio etc.

O segundo mecanismo se deu com a dolarização da economia mundial, que permitiu um aproveitamento das empresas a partir das taxas de câmbio, se introduzindo, dessa forma, nas economias nacionais, comprando empresas e dominando mercados e comércio de produtos agrícolas. Ainda, de acordo com Stedile (2011), o terceiro mecanismo foram as regras de livre-comércio impostas por organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, permitindo alinhar interesses das grandes empresas e os governos liberando o comércio desses produtos.

O quarto processo foi o crédito bancário, que fez com que o desenvolvimento da produção agrícola ficasse dependente da utilização de créditos para financiar a produção. Esse mecanismo fez com que a agricultura industrial e suas empresas se fizessem presentes em todo o mundo. Por último, o quinto processo/mecanismo encontrado pelo capital financeiro foi

² Fonte das informações e detalhes mais aprofundados em: <
http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=210688&id_secao=8> Último acesso em: Abril de 2014.

pressionar os governos a abandonarem políticas de proteção ao mercado agrícola nacional e a economia camponesa. A produção agrícola capitalista foi permitida com subsídios governamentais por meio de: isenções fiscais, aplicação de taxas de juros favoráveis ao desenvolvimento da agricultura capitalista e, com isso, “agora as aproximadamente 50 maiores empresas transnacionais controlam a maior parte da produção e do comércio agrícola mundial” (STEDILE, 2011, p.22).

Stedile (2011) continua sua explicação nos argumentando que a crise também do capital financeiro em 2008 nos E.U.A. e Europa também agravou este panorama e influenciou as economias “periféricas” do mundo com o controle e subordinação da agricultura e economia camponesa. Tal fato também tem se desenvolvido em função de: em primeiro lugar, os grandes grupos econômicos do hemisfério norte em razão da instabilidade do dólar e de suas moedas, investiram seus capitais em ativos fixos como terra, minérios, água, territórios com biodiversidade etc. Também nesse movimento houve o interesse no controle de energias renováveis.

Em segundo lugar, a crise do petróleo e as conseqüentes preocupações com o aquecimento global e o meio ambiente, fizeram com que grandes quantias de capital fossem investidas em agrocombustíveis como, por exemplo, milho e cana na produção de etanol e soja e mamona na produção de óleo vegetal. Já o terceiro movimento e/ou estratégia é que os capitais financeiros também passaram a levar em consideração seus investimentos nas bolsas com mercadorias agrícolas e minérios e especular com o mercado, fazendo com que fosse gerada “uma elevação exagerada nos preços dos produtos agrícolas negociados pelas empresas nas bolsas mundiais de mercadorias. Os preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional já não têm mais relação com o custo médio de produção e o valor real medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Eles são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas” (STEDILE, 2011, p.23).

Assim, o agronegócio precisa também ser entendido enquanto um complexo que engloba: produção em larga escala de commodities; uso intensivo de mecanização da lavoura; utilização de sementes transgênicas e agrotóxicos; concentração de terra, renda e de poder político parlamentar; supremacia da regência do capital financeiro e promoção ideológica

constante enquanto “o” único modelo de “desenvolvimento” agrário a ser seguido, por supostamente ser “o mais avançado”.

O movimento gerado pelo agronegócio em parceria com as elites agrárias, a mídia subserviente e o capital financeiro internacional tem proporcionado uma verdadeira barbárie para a vida humana, o campesinato e a biodiversidade no campo e a saúde nas cidades. Uma repercussão desse processo incide diretamente sobre a evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil com relação aos imóveis rurais de 2003 a 2010, pois de acordo com dados do cadastro do Incra, a grande propriedade ocupava 214.843.865 milhões de hectares em 2003 e em 2010 este número sobe para 318.904.739 milhões de hectares, o que corresponde a um crescimento de 48,4% no período. A pequena propriedade, no entanto, passa de uma ocupação de 74.195.134 milhões de hectares em 2003 para 88.789.805 milhões de hectares em 2010, o que corresponde a um crescimento de 19,7%. Essas informações mostram o crescimento da concentração da propriedade da terra. Além disso, 40 mil proprietários rurais controlam 40% das terras e elegem 120 deputados federais, sendo que a agricultura familiar corresponde a 12 milhões de pessoas e elege apenas de 10 a 12 deputados federais; some-se a essas discrepâncias o fato de que o Ministério da Agricultura recebe 10 vezes mais recursos para cuidar do agronegócio que o Ministério do Desenvolvimento Agrário recebe para cuidar da agricultura familiar.

Há dentro desse panorama o fato de que, de acordo com o Incra, das 130,5 mil grandes propriedades rurais, 69,2 mil são improdutivas, o que corresponde a 53%. Estas, por sua vez, detêm 228,5 milhões de hectares sendo, dessa forma, duas vezes maior a todo conjunto de áreas indígenas do país que gira em torno de 112 milhões de hectares. Assim sendo, se considerarmos o total da população indígena, teremos 818 mil que, em vários episódios, foram acusados de “invasores de terras”; contudo, eles ocupam 137 hectares per capita, enquanto que cada latifundiário que possui sua propriedade improdutiva ocupa 3.300 hectares (TEIXEIRA, 2014).

A partir de todas essas desigualdades e contradições elencadas com relação ao agronegócio, do ponto de vista do capital, é de suma relevância recordar a advertência de Mészáros de que “A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior” (MÉSZÁROS, 2002, p. 253).

Todas essas contradições e desigualdades – e que poderíamos elencar diversas outras – nos explicitam a necessidade de compreender o agronegócio não apenas em sua manifestação concreta na agricultura, mas também no que diz respeito à dominância que cada vez mais exerce no Estado e enquanto “braço direito” do capital. Por isso, para poder avançar, precisamos entender como a função social do Estado contribui na reprodução e fortalecimento dessa dinâmica.

O ESTADO NO CAPITALISMO: “ENFERMEIRA E PERSONAL TRAINER” DO CAPITAL

Tentando compreender a discussão do Estado numa perspectiva ontológica, abordando a função social deste complexo no processo contraditório e desigual de reprodução do ser social e, em especial no capitalismo, Mészáros (2011, p. 160) afirma que “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”; assim sendo, “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno”.

No desenvolvimento do pensamento de Marx sobre o Estado, em seus escritos iniciais há uma crítica ao idealismo de Hegel e a proposição de uma compreensão materialista do Estado, entendendo que: “O homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem, é a *existência humana*, enquanto nas outras formas de Estado o homem é a *existência legal*” (MARX, 2010, p.50). Já em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels ampliam essa ideia e entendem o Estado na contradição entre o “interesse do indivíduo e o da comunidade”. O Estado surge, desse modo, com o aparecimento da propriedade privada e da sociedade de classes com interesses inconciliáveis. Neste texto, tratamos, entretanto, do Estado na sua mediação com o capital e o capitalismo. Podemos perceber, contudo, que a vinculação do Estado com a garantia da formação social, já fora percebida também por Marx ao constatar que:

[...] os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de **estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa**, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais. (MARX, 2012, p.42, grifo nosso)

Começamos a delinear, deste modo, as bases essenciais para distinguir a emancipação política da emancipação humana que, embora não sejam foco de análise neste artigo, apresentam perspectivas antagônicas e opostas. Enquanto a emancipação política se preocupa com a reprodução do ser nos parâmetros postos e efetivados historicamente pela burguesia (com a pretensa defesa sobre a “cidadania” e “democracia”), a emancipação humana, por sua vez, aponta a necessidade de pensar para além do capital, rumo a uma outra forma de sociabilidade em que o trabalho – enquanto “momento fundante” e objetivação-primária de toda forma de sociabilidade – seja organizado de outro modo realmente humano e não na lógica alienante tal como o conhecemos na atualidade³.

Deste modo, para que aquele ato fundante (compra-e-venda de força de trabalho) e todos os seus desdobramentos possam efetivar-se, é necessário que existam indivíduos, no sentido de pessoas livres e autônomas. Mas, é preciso também que estes indivíduos sejam iguais e proprietários. Sem estas qualidades, o ato de compra-e-venda de força de trabalho e toda a produção de mercadorias não poderiam realizar-se. Um servo não poderia ser cidadão exatamente porque não possuía estas três qualidades. Por isso mesmo é que Marx diz que a emancipação política implica a dissolução da velha sociedade feudal, na qual não havia separação entre sociedade civil e Estado e na qual os entes singulares estavam irrevogavelmente subsumidos às ordens sociais ou às corporações de ofício. Deste modo, a emancipação política significou tanto a separação entre sociedade civil e Estado – sem que isto implicasse nenhuma dissolução do vínculo ontológico entre eles, mas apenas uma nova configuração – quanto à cisão da sociedade em duas esperas – privada e pública – sendo a segunda, a expressão da primeira. O Estado, portanto, não é apenas um instrumento de defesa dos interesses particulares da burguesia, mas também uma expressão invertida da desigualdade social de raiz. Invertida, porque o interesse particular, que reina soberano na sociedade civil, apresenta-se, na sociedade política, sob a forma de interesse geral (TONET, 2005, p. 72)

O trecho de Tonet (2005) é importante em ser considerado, pois constata, a partir de uma abordagem ontológica, a essência estruturalmente desigual inerente ao modo de produção capitalista pela compra e venda de força de trabalho e articula este momento ao Estado. Apesar da aparência de igualdade entre todos, uma igualdade formal, a realidade mostra níveis impressionantes de desigualdades sociais entre os indivíduos e as classes sociais em decorrência

³ A respeito da discussão sobre emancipação humana e emancipação política, na esteira de Marx, temos um trabalho primoroso realizado por Tonet (2005) que em muito contribui neste importante debate.

da maneira histórica que os homens organizam o trabalho e a produção material das condições de sua existência no capitalismo. O Estado, como defendido por Tonet e também por Mészáros em toda sua obra, não pode ser disputado, pois parte de uma constatação real e fundante que expressa uma desigualdade “geneticamente” construída pelos homens e as classes sociais. Há que se superar o Estado e o modo de produção capitalista para avançarmos rumo a uma sociedade realmente justa, para além dos discursos ideológicos das classes dominantes.

Nesta mesma linha de raciocínio que Mészáros (2002) entende o capital para além da concepção enquanto “entidade material” ou um “mecanismo” que poderia ser racionalmente controlável. Ao contrário, o capital, em última análise, é “uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2006, p. 96). E justamente o fato de esse sistema sociometabólico não poder ser controlado - sem, contudo, ser impossível sua superação - reside na constatação de que ele próprio - o capital - se conforma enquanto estrutura “totalizadora” que efetivamente controla todos os complexos e dimensões do ser social, “inclusive seres humanos” e “assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, o perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

O capital é um sistema sociometabólico que conseguiu desenvolver e expandir formas de extração de mais-valia de uma gama enorme de trabalhadores que não necessariamente realizam o intercâmbio orgânico com a natureza, como é o caso do trabalhador coletivo e do proletariado. Essa expansão das formas de exploração do capital são, justamente, uma das causas de sua incontrolabilidade. As ações políticas do Estado encontram nele o “solo ontológico” de garantia de reprodução do capital em face dos imperativos econômicos, se tratando, com isso, de mediações extremamente complexas que, em última instância, se articulam à batida orquestrada pela dimensão econômica do capitalismo.

Mészáros (2002) nos explica que o capital enquanto uma “força extraparlamentar *par excellence*” pode exercer o seu poder político na totalidade do Estado capitalista, “em toda a sua estrutura de comando político”, sendo sempre importante lembrar que “o Parlamento é apenas parte, e de modo algum decisiva”. Estes aspectos são fundamentais de serem recolocados no debate atual, já que é imprescindível entender a força controladora do capital na sua rede intrincada entre múltiplos agentes, dimensões e complexos que se articulam dialeticamente no capitalismo. A raiz das múltiplas dimensões inerentes à emancipação política no Estado, deste modo, nunca irá superar ou apontar para além das condicionantes materiais do

desenvolvimento capitalista. Assim como é impossível exigir que elefantes criem asas o é também querer que o Estado rompa com o capital e passe a promover a emancipação humana!

Paniago (2012a) esclarece que o Estado não tem sua origem na simples administração das coisas, mas sim enquanto uma “esfera necessária para assegurar o poder dos que têm (proprietários) sobre os que não têm (não proprietários), cuja relação é fundada em antagonismos irreconciliáveis” (PANIAGO, 2012a, p. 70). Há, portanto, uma defesa estatal sobre o privilégio privado de utilização de uma riqueza socialmente produzida e, com isso, o poder político “está associado e subordinado (mas não reduzido) aos interesses reprodutivos do capital e ao poder material que este exerce sobre a sociedade” (PANIAGO, 2012a, p. 70). Não é por acaso que o “Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Assim, Mészáros compreende o Estado moderno como estrutura corretiva compatível com as estruturas do capital enquanto modo de controle sociometabólico. A sua função, por excelência, é a ação corretiva com intuito de promover os ajustes necessários e imprescindíveis dos limites sociometabólico do capital. Com efeito, o Estado passa a ser a estrutura legal enquanto “exigência absoluta” do “exercício da tirania nos locais de trabalho” e isto, por sua vez, se deve à capacidade do Estado proteger o “material alienado e os meios de produção” junto às suas personificações “rigidamente controlados pelo capital” do processo de reprodução econômica. Daí o fato de que o Estado é necessário para a:

[...] preservação e operação do sistema do capital enquanto um controle político em separado, que, ao mesmo tempo em que permite o funcionamento individual e competitivo de suas unidades isoladas, supre o sistema de sua unidade ausente, garantindo-lhe a necessária coesão ao funcionamento do todo. (PANIAGO, 2012 b, p. 80)

Deste modo, precisamos entender radicalmente o Estado enquanto estrutura que irá “sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

A partir destas breves considerações, no que toca à problemática central deste texto no que diz respeito à irreformabilidade do agronegócio, entendemos que antes de avançar, precisamos refletir na complementaridade e na articulação intrínseca da função social do Estado no capitalismo com relação ao seu período de crise estrutural que afeta a totalidade de sua sociabilidade. Estas reflexões permitirão avançar rumo a um entendimento orgânico entre capital, Estado e agronegócio em suas ações inextricavelmente codeterminadas na orientação de defesa e proteção dos imperativos socio-reprodutivos de controle do capital.

CRISE ESTRUTURAL E DETERMINAÇÃO VERTICAL DO PROCESSO DE TRABALHO

Mészáros apresenta contribuições fundamentais para compreendermos o momento histórico de crise em que vivemos. Muito além e em orientação oposta aos discursos ideológicos que apregoam a crise num sentido estrito e com a intenção de desmoralizar o governo, no caso do Brasil; a crise de que trata o discípulo de Lukács se baseia numa compreensão crítica, radical e revolucionária do sistema sociometabólico do capital.

Assim sendo, a crise estrutural se dá numa constatação histórica a respeito da perda da capacidade do capital em promover “concessões aparentemente significativas” que eram “obtidas por meio de organizações de defesa do trabalho”. Na atualidade, no entanto, o contrário ocorre, já que “até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica” e isso permite compreender que “o sistema de capital global *é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Mészáros nos explica que não há contradição alguma associar capital e crise, já que, na verdade, a crise é inerente ao seu movimento expansionista de autorreprodução, ou seja, as crises são estratégias de expandir seus limites e seu “dinamismo de operação e operação”. Com isso, a “novidade histórica” da crise estrutural em que vivemos se dá a partir:

(1) seu caráter é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);

(3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795)

A universalidade da crise, alcance, escala de tempo e seu modo “rastejante”, conformam, deste modo, os principais elementos que caracterizam o atual período enquanto um momento de crise estrutural. A crítica mészárianiana é intransigente com a constatação de que as ideologias do passado que apregoavam o “fim das ideologias”; “a vitória do capitalismo” e o “fim das desigualdades sociais” deslocaram as chances de pensar em questões estruturais da crise que se constituía, dificultando, também, a possibilidade de pensar numa alternativa radical a este movimento. Dessa forma, em um momento em que não é mais possível negar as manifestações da crise, aquelas “manifestações ideológicas” apregoam, agora, o “retorno dos problemas sociais” a causas puramente superficiais, a fatores “tecnológicos”, numa apologia ao “colapso do trabalho”, à “revolução da informação” e etc.

Uma consideração de extrema importância neste debate é que mesmo em meio à crise estrutural do capital, o trabalho continua sendo o momento fundante da sociabilidade humana. O trabalho produtivo – abstrato – no modo de produção capitalista é, ao mesmo tempo, mais amplo e mais estreito. É mais amplo, pois inclui outras práxis que envolvem para além do “intercâmbio orgânico com a natureza” e é mais estreito por produzir mais-valia. Com isso, o trabalhador coletivo não produz para si, ou de modo geral, mas sim, um trabalho orquestrado pelo capital e “por esta razão, as relações de produção capitalistas podem ampliar o trabalhador produtivo até conter todos aqueles que produzem mais-valia: a ampliação do trabalhador produtivo é sinônima do alienado estreitamento do trabalho produtivo à produção de mais-valia” (LESSA, 2005, p. 111).

Com essa consideração, podemos também refletir a partir do entendimento da função social do Estado moderno na reprodução do ser social em meio à crise estrutural do

capitalismo a necessidade premente – do ponto de vista do capital – em se expandir e se apropriar cada vez mais dos espaços e contextos sociais a fim de continuar enquanto um sistema sociometabólico de controle hierárquico do trabalho.

Esses entendimentos por sua vez, contribuem para diferenciar as crises cíclicas no capitalismo da crise estrutural. Nas primeiras, de acordo com Mészáros (2002), é possível o deslocamento das contradições, pois estas crises parciais permitem uma relativa “manobra” pelo sistema. A crise estrutural, todavia, coloca “em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Não pode ocorrer, dessa forma, qualquer crise estrutural enquanto o mecanismo “vital” de autoexpansão continuar plenamente funcionando, pois só assim, atingem-se os “limites últimos da estrutura global” do capital.

Paniago (2012 b) nos explica – na esteira de Mészáros – que a atual crise implica numa restrição à pulsão e à expansão, expondo toda a incapacidade dos ajustes que antes eram utilizados no intuito de almejar o equilíbrio em um sistema “naturalmente instável e dinâmico” e isto em função da sua natureza “estruturalmente antagônica”.

A necessidade de melhorar as perspectivas de acumulação do capital, num contexto de crise, fez com que o capital utilizasse novos ajustes estratégicos, em que a retomada de muitos dos ganhos do trabalho no passado e o crescimento inexorável do desemprego tornaram-se não só inevitáveis, como fundamentais. Provocou, a seu modo, a intensificação das contradições no conflito capital-trabalho, acomodado, até então, aos padrões da política socialdemocrata de ganhos defensivos, ativando os limites absolutos do sistema. (PANIAGO, 2012 b, p. 51).

Por isso é importante se atentar para o fato de que – de acordo com Paniago e Mészáros – buscar uma alternativa efetivamente duradoura para uma crise estrutural do capital com a natureza que estamos traçando até aqui, implica necessariamente a superação de um complexo de contradições inerentes ao sistema do capital em sua totalidade e as relações presentes entre os complexos e as partes que o constituem. A crise estrutural que, sempre de acordo com Mészáros, passamos a vivenciar desde os anos 1970, possui relação com a dimensão tripla interna à autoexpansão do capital: *produção, consumo e circulação/distribuição/realização*. Esta tripla dimensão possui e provoca “perturbações” cada vez

maiores e mais intensas, pois “pressagia” uma falha na função vital de deslocar as contradições do sistema.

As dimensões internas vinculadas à autoexpansão do capital sempre foram uma “unidade contraditória”, em que uma delas precisava ser subjugada à outra com objetivo de fazer funcionar o complexo global. Neste ponto da explicação, Mészáros relembra Marx ao afirmar que para “subjugar todo momento da produção em si à troca” e, dessa maneira, avança em seu raciocínio demonstrando que enquanto a reprodução ampliada de cada dimensão pôde continuar imperturbada “não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em uma harmonia contrapontual” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Com o desenvolvimento dessas “perturbações” as “disfunções antagônicas” não foram mais sendo absorvidas ou “desarmadas” e se tornaram cumulativas, portanto, estruturais desempenhando um enorme bloqueio à antiga estratégia do capital em deslocar suas contradições e, desse modo, “aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo” e isto em razão da constatação de que “o capital nunca, jamais, resolveu sequer a menor de suas contradições” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Perante tudo que discutimos e, também, tendo por base as sempre válidas contribuições de Mészáros, podemos compreender que o atual sistema sociometabólico do capital está em crise, pois sua *raison d’être* desapareceu e não poderá ser mais reinventada: “ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

A partir deste entendimento do Estado e da crise estrutural do capital – que não anula o trabalho em sentido ontológico -, Mészáros no capítulo 14 intitulado “A produção de riqueza e a riqueza da produção” em seu *Para além do Capital*, irá tratar, dentre outros temas, a respeito da estrutura de comento do capital: a determinação vertical do processo de trabalho. Nos parece que aí se encontra – ou seja, na categoria trabalho tanto em seu aspecto ontológico, quanto em sua forma social concreta no capitalismo: o trabalho abstrato – as pistas para compreendermos as mediações que se estabelecem entre atuação e função social do Estado em um momento de crise estrutural e a “força” cada vez mais destrutiva do agronegócio. Como

vimos anteriormente, tanto o desenvolvimento do Estado moderno quanto do agronegócio atenderam os interesses de reprodução do capital e não das reais necessidades humanas.

O pensador húngaro nos explica que em decorrência da desumanização do trabalho vivo (se transmutando em mercadoria – enquanto força produtiva) se adentra numa estrutura em que há a subordinação às exigências materiais e organizacionais das “relações de troca dominantes”, sendo que os principais obstáculos dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. O trabalho vivo, transformado em “carça do tempo” permite a estruturação de jornadas de trabalho - tanto horizontal como verticalmente – em coerência com a autorreprodução ampliada do capital.

Este processo permite que a estrutura da mercadoria se torne “universalizável”, isto é, quase tudo pode ser submetido a ela. Isso ocorre já que o trabalho vivo mercantilizado – o trabalho abstrato exercido pelo trabalhador coletivo, na interpretação marxiana – passa a ser controlado de maneira flexível e dinâmica. Este controle se manifesta tanto “horizontal como verticalmente, tal como os imperativos estruturais emergentes da divisão do trabalho capitalista o prescrevem (sob seus múltiplos aspectos funcionais e sociais/hierárquicos)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 622).

A flexibilidade *horizontal* traz consigo, por um lado, a jornada de trabalho do processo de trabalho capitalista organizada de forma única, ou seja, de modo homogeneizado; entrando em contraste com as potencialidades limitadas dos modos de produção anteriores. As condições de acumulação de capital e o avanço da divisão funcional do trabalho que permitem esse processo. Do outro lado, a flexibilidade *horizontal* significa também que a multiplicidade das jornadas de trabalho podem ser supervisionadas “sob o mesmo teto”, mesmo que em diferentes países. Esse desenvolvimento ocorre tanto no período manufatureiro quanto nas fábricas transnacionais de nossa época (MÉSZÁROS, 2002).

A estruturação *vertical*, por sua vez, é a capacidade do capital ordenar a multiplicidade de jornadas de trabalho em um padrão vertical/hierárquico que assegura o princípio organizacional horizontal: “É esta dimensão vertical que corresponde diretamente à *estrutura de comando do capital*, sem paralelo na história, cuja função é salvaguardar os interesses vitais do sistema dominante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 622). Os interesses de assegurar a máxima exploração da totalidade do trabalho no sistema do capital devem ser mantidos por uma estrutura de controle vertical.

Contudo, tanto a flexibilidade horizontal quanto a estruturação vertical não anulam o papel do proletariado no capitalismo contemporâneo em meio à sua crise estrutural. Como bem lembram Lessa e Tonet (2012) é o proletariado que cumpre a função fundante na reprodução da sociedade burguesa, pois ele “produz” e “valoriza” todo o capital: “A nova tonelada de trilhos, o novo prédio de apartamentos [...] resultantes do trabalho do proletariado representam novas [...] porções de capital que são produzidas ao se transformar a natureza” (LESSA e TONET, 2012, p. 35).

Com essa dinâmica explicada por Mészáros, pode-se compreender que a estrutura de comando do capital (tanto a flexibilidade horizontal quanto a estruturação vertical) subordinam o trabalho vivo ao trabalho abstrato sem, contudo, desaparecer o trabalho do proletariado e o trabalho em seu sentido ontológico. Dito isto, podemos agora refletir sobre nossa tese: o agronegócio encontra respaldo no Estado que, a favor do capital, desempenha uma série de políticas, programas e demais incentivos de apoio em sua causa própria e, em especial, no momento histórico em que vivemos de crise estrutural do capital. O agronegócio possui uma determinação estrutural com o capitalismo e o capital, tendo no Estado as bases materiais e legais necessárias para a sua expansão em escala global, subordinando cada vez mais o trabalho no campo e exponenciando o poder do movimento financeiro internacional na delimitação territorial dos cultivos e do modo de se exercer a agricultura nos diversos países do mundo, explicitando, com isso, a pertinência de uma abordagem a partir da flexibilidade horizontal e da estruturação vertical de comando do capital. Pensar a articulação dialética entre essas três dimensões: agronegócio, estrutura de comando do capital e Estado; tendo em mente o período de crise estrutural, pode contribuir para análises investigativas da questão agrária que aponte a irreformabilidade do agronegócio e a urgente necessidade em superá-lo, superando também o capital e suas contradições insanáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como é um engano não diferenciar trabalho – em seu sentido ontológico, enquanto “eterna condição” de “intercâmbio orgânico com a natureza” e “inerente a qualquer formação social” como nos explica Marx (1967) – e trabalho abstrato inerente ao capitalismo; também o é confundir o agronegócio – forma concreta no capitalismo – com a agricultura –

em seu sentido amplo – enquanto atividade inerente também a todas as formações sociais. O que o Estado (enquanto mediador fundamental de reprodução do capital) com todo seu aparato material e ideológico intenta é a disseminação do agronegócio enquanto único complexo possível de ser desenvolvido na agricultura, enquanto única totalidade a ser vislumbrada. Por isso, é preciso se atentar para os vínculos intrínsecos entre a função social do próprio Estado em meio à crise estrutural do capital.

Neste aspecto, para que a crítica radical e de cunho revolucionário possa se efetivar cada vez mais com relação à destrutividade do capital e à irreformabilidade do agronegócio, é imprescindível retomar uma reflexão a respeito das potencialidades investigativas e de transformação do real a partir da ontologia marxiana. Tendo por base as reflexões introdutórias que trouxemos neste texto, indicamos que com a *flexibilidade horizontal e com a estruturação vertical do processo de trabalho pelo capital* há uma renovação constante do agronegócio em meio ao momento atual de crise estrutural com a mediação política do Estado enquanto “*enfermeira e personal trainer*” do capital sem, todavia, desaparecer o trabalho em seu sentido ontológico.

A destrutividade cada vez mais explosiva do agronegócio seja com relação à natureza (inclusive os seres humanos) ou com relação à ampliação acentuada de exploração das diversas atividades que seu complexo engloba – através do apoio servil do Estado – coloca a perspectiva de articular esta relação na sua base material através da lógica de reprodução do capital. É por isso que devemos dizer em voz alta e com todas as letras, com relação ao agronegócio e ao capital, que “este rei está nu!”⁴, ou seja, as suas contradições de caráter cada vez mais “explosivo” e “insustentável” com a vida humana, apresentam a subordinação e ampliação crescente da flexibilidade horizontal do trabalho à estruturação vertical de comando do sistema sociometabólico do capital. As contribuições para análise e a crítica de cunho revolucionário encontram respaldo e fundamento nas potencialidades que a ontologia marxiana oferece enquanto instrumental ideopolítico de enfrentamento urgente e necessário em construir alternativas que apontem “para além do capital”.

Uma dessas possibilidades investigativas está na relação entre aparência e essência. É comum, perceber em análises de intelectuais marxistas a separação explícita entre a essência -

⁴ Referência ao conto “A roupa nova do imperador” do dinamarquês Hans Christian Andersen, publicado pela primeira vez em 1837.

enquanto portadora da real manifestação do fenômeno – e a aparência – enquanto falsa manifestação da essência⁵. Deste modo, estaria no pesquisador/intelectual a tarefa em “enxergar” essas diferenças, explicitando com isso a perspectiva idealista, subjetivista desta maneira de encarar a questão. A ontologia marxiana nos permite compreender, a partir do trabalho enquanto categoria fundante do “mundo dos homens” (LESSA, 2012), a relação dialética entre essência e aparência, pois a primeira guarda os traços mais constitutivos da continuidade do fenômeno e a aparência, por sua vez, apresenta os elementos da singularidade da manifestação da essência em um determinado período, por isso a necessidade em refletir sobre esta relação em uma perspectiva ontológica de cunho materialista e dialético, isto é, para não “cair” em entendimentos idealistas e maniqueístas, por exemplo. Não existe essência sem aparência e vice-versa, contudo, não é verdade que a essência é imutável, pois ela se transforma no movimento do processo histórico, sendo o fenomênico a manifestação dos elementos singulares desse processo dinâmico. A aparência, no caso em análise, é o agronegócio enquanto manifestação singular do capitalismo na lógica da produção no campo; e a essência, por sua vez, se trata do próprio capital.

A determinação recíproca entre Estado e agronegócio no período atual de crise estrutural do capital reforça as mediações que interferem na subordinação do trabalho vivo à flexibilidade horizontal e à estruturação vertical da qual Mészáros nos fala. É imprescindível refletir junto à irreformabilidade do agronegócio e do capital as contradições e desigualdades que também se manifestam perante a humanidade, investindo em formas de organização de uma efetiva alternativa para além do capital. A atualidade histórica de uma ofensiva socialista que preze não pela disputa do Estado, mas por sua superação implica também a tarefa de práxis de transformação profunda das relações de produção e mediação entre os homens e destes com a natureza, na defesa intransigente e efetiva com a emancipação humana, pois não podemos esquecer que: “o objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global, e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1065).

⁵ Reflexão desenvolvida pelo Prof. Dr. Sérgio Lessa no curso ministrado de 21 a 24 de novembro de 2012 durante o 1º Ciclo de Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer: A Contribuição de György Lukács organizado pelo Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer - AVANTE <http://avante.unb.br> da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=BGyVwgTUGIs> > Último acesso: ago. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. F. B. **Agronegócio e Educação Ambiental: Uma análise Crítica**. Ensaio: aval. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 533-554, 2014.

LESSA, S. **“Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária**. Lutas Sociais (PUCSP), PUC-SP, v. 13-14, p. 106-121, 2005.

LESSA, S. **Mundo dos homens: Trabalho e Ser Social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MST. **Projetos ao agronegócio têm 10 vezes mais verba que a agricultura familiar em SP**. 2015. Disponível em: <www.mst.org.br> Último acesso: ago. 2015.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, Luiz, C.P. **Dialética da Agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, K. **O Capital – Vol I**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1967.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A atualidade história da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PANIAGO, M. C. S. (ORG.). Keynesianismo, Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado. In: PANIAGO, Maria C. S. (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

PORTO-GONÇALVES, C. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Belo Horizonte 01(1), 2005.

STEDILE, J. P. Tendências do Capital na Agricultura. STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil – O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TEIXEIRA, G. **Das 130,5 mil grandes propriedades rurais 69,2 mil são improdutivas**. 2014. MST. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/16664> > Último acesso: out.2014.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. **Método Científico – Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Recebido em: Agosto de 2015

Aceito em: Novembro de 2015